

Virou lei

Aprovada na quinta, a “lei da liberdade econômica de Montenegro” consolida na legislação municipal um decreto que, desde o ano passado, libera empresas de baixo risco da obrigação do alvará de localização. É um acerto do Governo Zanatta, que pega o decreto da gestão anterior e o oficializa como lei. Vira ato de Estado, tende a inibir quem quer que assuma o Município no futuro faça alterações nas regras; e também dá mais segurança jurídica aos empreendedores.

Na divulgação do projeto, a Administração faz parecer que a liberação é iniciativa sua. É como se ela já não estivesse valendo mediante o decreto do Governo Kadu. A fala de alguns vereadores na quinta-feira passou a mesma ideia. Nessa história, não fica claro se a falta de clareza é intencional ou por desconhecimento da legislação.

PPA

FOTO: ACOM/CÂMARA



Começa nesta terça-feira, dia 20, o período de audiência pública do Plano Plurianual de Montenegro após a análise do Legislativo. O material foi pré-gravado na última sexta-feira pelos vereadores progressistas Gustavo Oliveira e Talis Ferreira (foto), que integram a Comissão de Finanças e Orçamento do Plano. A audiência fica disponível no site da Câmara, em montenegro.rs.leg.br; até sexta-feira. No período, sugestões poderão ser encaminhadas através do e-mail ppa@montenegro.rs.leg.br. De acordo com o regimento interno, o PPA precisa ser votado, em plenário, até o final do mês. Constatam nele todas as obras, investimentos e programas previstos para o Município nos próximos quatro anos.

As lideranças locais também precisam fazer o dever de casa

A audiência pública sobre a concessão das estradas da região trouxe poucas novidades em relação às tratativas. Serviu mais para reforçar algumas falhas na forma como o tema vem sendo tratado. Isso, a começar pela limitação às manifestações públicas, barradas por toda uma burocracia na inscrição. Era obrigatório até e-mail com foto do documento de identidade do interessado em falar.

O horário, em plena tarde de quinta-feira, também foi longe do ideal; e quem conseguiu espaço teve apenas dois minutos para se manifestar. As respostas, ainda por cima, acabaram sendo vagas – “estamos analisando”, “talvez possamos contemplar”. Não houve nada de concreto.

As pouco mais de três horas de audiência fomentaram, ao menos, o debate quanto ao formato do leilão das estradas. Isso vinha passando despercebido para muita gente. O Estado não quer usar o modelo onde ganha a empresa que oferecer a menor tarifa de pedágio. Limitou uma redução

máxima de 25% às tarifas básicas e, aí, o critério de desempate é o quanto as empresas estão dispostas a pagar aos cofres estaduais pelos contratos. Esse dinheiro entrará na conta do governo para ser aplicado em rodovias não concedidas. É uma prática que vai vir a calhar para politicagens, ano que vem, em meio à eleição para governador. Bom pra eles, mas, aos usuários das estradas concedidas sobram tarifas caríssimas como a que terá Bom Princípio; um pedágio de quase R\$ 10,00.

Críticas ao Estado à parte, a audiência também evidenciou falhas do outro lado; o das lideranças dos municípios afetados. É que grande parte das dúvidas, manifestações e críticas feitas já estavam esclarecidas nos documentos que integram a consulta pública; disponíveis desde 18 de junho na internet.

Muitos não viram, nem fazem ideia que eles existem. Mas estão lá relatórios de custos, regras quanto a obrigações, sanções, seguros; e os detalhamentos, devidamente desenhados nos mapas,

de onde são previstos viadutos, passarelas, rótulas e tudo o mais que será obrigatório à concessionária. São até especificados os prazos para suas realizações. A falta deste conhecimento, ao que parece, também é realidade entre representantes do Executivo e do Legislativo de Montenegro.

A questão é que o período de consulta pública está aberto já há um mês justamente para a análise desses materiais. Análise feita para que, especialmente as lideranças, fizessem suas indicações de acordo com a realidade das comunidades que representam. Se não está bom a passarela prevista próximo ao Posto Ipiranga, pode se sugerir colocá-la mais adiante, por exemplo. Talvez valha a adição de mais uma próxima à rua Apolinário de Moraes, que não está prevista.

Mas nada disso parece estar sendo encaminhado. É um problema! Se nossos líderes não se capacitarem para realmente contribuírem com o processo, acabaremos tendo que engolir o que vier.

Com a palavra



FOTO: ACOM/PREFEITURA

O prefeito Gustavo Zanatta ainda não tinha falado publicamente sobre a concessão das rodovias. Vinha se limitando – ao menos diante dos questionamentos do Ibiá – a comentar a questão através de notas por escrito. Uma falha, dada a relevância do assunto e todos os fatores que o envolvem. Mas na audiência pública de quinta-feira, enfim, foi possível ouvi-lo. A fala do chefe do Executivo foi alinhada à grande maioria das manifestações, defendendo mais tempo para debate sobre o assunto e mandando mudança no formato do leilão. Zanatta chegou a sugerir, inclusive, que a concessão fosse colocada em *standby*; seguindo em discussão até “uma próxima gestão de governança estadual”.

Contrário ao pedágio em Capela, o prefeito disse esperar que a reunião não fosse apenas um teatro. Que as reivindicações postas fossem, de fato, levadas em conta. O secretário de Parcerias do Estado, Leonardo Busatto, respondeu diretamente à questão ao fim da reunião. O representante do governo estadual defendeu o formato de consulta pública que, em sua avaliação, tem sido exemplar.

Meme

A internet já está cheia de memes das mais inusitadas situações que ocorreram durante reuniões e aulas on-line nestes tempos de pandemia. E a audiência pública remota sobre a concessão das rodovias também rendeu o seu momento. Enquanto o secretário de Parcerias do Estado falava sobre a instalação dos pedágios, uma vereadora de Farroupilha esqueceu o microfone ligado em meio ao que pareceu ser uma consulta ginecológica. Os presentes acabaram escutando perguntas bem pessoais sobre ciclos menstruais. Ao menos, deu uma aliviada na tensão da reunião.

Reiq é prorrogado até o início de 2025

Pauta que vinha assombrando o Polo Petroquímico de Triunfo, o fim do Reiq era previsto para este mês. Agora, ocorre só no início de 2025. O benefício fiscal concedido a empresas do segmento químico foi prorrogado após forte pressão do setor, que conseguiu manter a redução de tributos junto a Câmara dos Deputados.

A ameaça, com a extinção, era de aumento milionário nos custos e perda de milhares de empregos só aqui no Estado. O impacto seria especialmente sentido em Triunfo e no projeto do Polo da Química de Montenegro. A informação que corre hoje em Brasília, porém, é que o Ministério da Economia tem avaliado retomar a discussão mais uma vez.

Novos nomes

Na live de aniversário dos 40 anos do diretório municipal, o PT Montenegro anunciou novas filiações (fotos). Dentre elas, a da professora Juliana Kusler, que nos últimos quatro anos foi presidente do núcleo local do Cpers, o sindicato dos professores estaduais. Também, a do delegado sindical do SindiÁgua, Antônio Schommer, que vem ganhando visibilidade na luta contra a privatização da Corsan.



Griebeler
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Direito Civil | Direito Previdenciário | Direito Trabalhista

OAB/RS 2.390 | contato@g8adv.com.br | www.g8adv.com.br
(51) 3632.8300/8104 | (51) 999.006.729 | (51) 981.386.457
Rua João Pessoa, 1595 - Centro - Cep: 92510-260 - Montenegro/RS